

# Parcerias para resolver problemas sanitários

O ressurgimento da febre aftosa em Mato Grosso do Sul, no início de outubro, e depois, no Paraná, deixa cada vez mais clara a necessidade de ações entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgãos estaduais e municipais, junto com a iniciativa privada, nos pontos ligados à área sanitária.

Em outubro, o governo liberou, mediante medida provisória, R\$33 milhões para ações de controle e erradicação de febre aftosa nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, que foram afetados. Até o ressurgimento da febre aftosa no Brasil, 16 estados eram considerados livres de febre aftosa pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Agora, apenas Acre, Santa Catarina, Rondônia e Rio Grande do Sul mantêm este *status*. Muito esforço terá de ser despendido para resgatar áreas livres de febre aftosa e reabrir mercados para as carnes brasileiras.

Cerca de 52 países anunciaram embargos às carnes brasileiras, dos quais, oito suspenderam as importações de todo o País, entre eles: África do Sul, Chile, Colômbia e Ucrânia. As restrições vão desde animais susceptíveis, carnes bovina e suína e de aves a equipamentos para manutenção, abate e processamento de animais.

A União Européia, com 25 países membros, embargou a compra de carne bovina dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo. Após a confirmação do foco de febre aftosa no Paraná, um dos países do bloco solicitou o embargo das compras de carne de todo o País. Após realizar longas auditorias e discussões, a UE resolveu sustentar os embargos às exportações oriundas apenas dos três estados embargados inicialmente, sem afetar outros estados.

Uma missão técnica do MAPA esteve em Bruxelas para prestar esclarecimentos à comunidade européia sobre a defesa sanitária do País, especialmente quanto ao controle dos focos de febre aftosa. Do mesmo modo, estiveram em Paris para apresentar à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) as ações de controle e erradicação dos focos.

No tocante ao Plano de Monitoramento de Fronteiras, para fortalecer as ações de controle da febre aftosa, nas regiões limítrofes com o Paraguai, Bolívia, Peru, Argentina e Uruguai, o papel da Embrapa será fundamental.

Em 2005, segundo o MAPA, foram gastos cerca de R\$121 milhões na realização de convênios com os Estados para equacionar problemas relacionados à sanidade. Deste montante, R\$37 milhões foram destinados à modernização, bem como ao aumento da eficiência, da confiabilidade e da rapidez das análises dos seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagro), localizados em Pedro Leopoldo (MG), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), Belém (PA), Recife (PE) e Campinas (SP).

Os laboratórios de Pedro Leopoldo (MG) e de Campinas (SP), especializados em doenças de aves, terão R\$15 milhões do volume total. Laboratórios de alta segurança são fundamentais nos casos de doenças como: aftosa, influenza aviária, peste suína clássica e newcastle, entre outras. Os países desenvolvidos exigem dos laboratórios brasileiros procedimentos e análises equivalentes aos adotados em seus territórios.

Como utiliza equipamentos de captura de resíduos em produtos de origem animal mais precisos que os utilizados no Brasil, a União Européia indaga sobre a detecção de resíduos fora dos limites aceitáveis.

## RÚSSIA E EUA

Em final de novembro, a Rússia suspendeu o embargo à importação de carne bovina e suína procedentes dos Estados do Acre, Amapá, Maranhão, Rondônia, Roraima e Tocantins. O Governo russo havia aplicado restrições

temporárias às importações de carnes bovina e suína originárias do Pará e Amazonas, e de estados vizinhos. A decisão beneficiou apenas Tocantins e Rondônia, com frigoríficos habilitados para exportar para aquele país. Para os Estados de Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas, o embargo russo continua. O Brasil ocupa o primeiro lugar na importação russa de carne bovina e suína, e segunda colocação na importação de frango.

Com relação aos Estados Unidos, o seu Serviço de Inspeção e Segurança (FSIS) concedeu ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), da SDA do MAPA, a prerrogativa de elaborar a lista de estabelecimentos habilitados a exportar para o mercado norte-americano, depois de realizar uma auditoria no Brasil, entre outubro e novembro.

Além de contemplar as atuais exportações de carne bovina termo-processadas, a decisão cria a possibilidade de o Brasil exportar carne suína termo-processada para os EUA, desde que as indústrias montem programas de autocontrole. Até julho de 2006, o País realizará auditorias internas para avaliar a equivalência dos programas das empresas brasileiras com a legislação dos Estados Unidos.

A concessão do Departamento de Agricultura dos EUA é fruto de algumas iniciativas do MAPA, como a contratação de novos servidores para o Serviço de Inspeção Federal (SIF), a realização de cursos de reciclagem e treinamento, os investimentos nos laboratórios da rede oficial e a revisão das metodologias de análises.

O próprio Dipoa desenvolveu e implantou importantes procedimentos de auditorias de autocontrole das empresas e do sistema de inspeção, que permitiram a equivalência com a legislação norte-americana. Esse aprimoramento do sistema de inspeção brasileiro também permitirá a equivalência com a legislação da União Européia, que entrará em vigor em 2006.

## AMÉRICA DO SUL

Única região do continente americano que ainda convive com a febre aftosa, a América do Sul pretende erradicar clinicamente a doença até 2010. Para tanto, o Grupo Interamericano para Erradicação da Febre Aftosa (Giefa), vinculado à Organização Panamericana de Saúde (OPS) e ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, intensificará as ações de prevenção e combate da doença nas áreas críticas, a partir de 2006. A implantação do programa exigirá investimentos de US\$48 milhões.

As áreas críticas são a fronteira do Brasil com o Paraguai e do Brasil com a Bolívia, a região do Chaco (espalhada por Argentina, Paraguai e Bolívia), o Equador e a Venezuela. O Norte e o Nordeste brasileiros, considerados como de risco desconhecido para aftosa, também foram incluídos na zona de cobertura do programa da Giefa. Os países que devem fazer parte das ações de prevenção e combate da aftosa têm um rebanho estimado em 320 milhões de cabeças, das quais, 200 milhões estão em território brasileiro.

Enquanto, hoje, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela convivem com o mal, Argentina, Chile, Uruguai, Guiana, Guiana Francesa e Suriname não registraram nenhum caso da doença nos últimos anos. O Chile é considerado como área livre de aftosa sem vacinação, destaca Guedes. Já a Argentina e o Uruguai – a exemplo de partes do Brasil – têm *status* de livres da doença com imunização.

O programa de prevenção e combate da doença na América do Sul será desenvolvido por meio de parceria entre os setores público e privado, enfatiza o coordenador do Giefa. O Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa), vinculado à OPS, também participará do trabalho, que envolverá campanhas de vacinação, comunicação e extensão rural e vigilância sanitária. Para implementar o projeto, será criada a Associação do Grupo Interamericano para Erradicação da Febre Aftosa (Agiefa).

Já existe uma cooperação bilateral na região para erradicar a aftosa. O Brasil fornece vacinas para aplicar no rebanho bovino boliviano. A esperança é de que todos os países que ainda enfrentam a aftosa na América do Sul aceitem participar do programa. ■